

## A REFORMA DO ENSINO MÉDIO ATENDE AOS ANSEIOS ESTUDANTES BRASILEIROS?

Camila Macêdo Medeiros(1); Eduardo da Cruz Teixeira (2);

(1. Instituto Federal da Paraíba, Campus Monteiro, 2. Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro)

**Resumo:** A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Atualmente o ensino médio possui um currículo extenso, superficial e fragmentado, que não dialoga com a juventude, com o setor produtivo, Por esta razão a principal justificativa, apresentada pelo Ministério da Educação, para a reformulação é a alta evasão de alunos, além de o atual modelo ser considerado desgastado e pouco atrativo. Com base nisto, este trabalho se propõe a analisar a reforma do ensino médio, sob a ótica do estudante, analisar se a reforma atende aos anseios dos estudantes brasileiros para educação do país. Utilizou-se como referência o texto da MP nº746 de setembro 2016 e Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, lei que alterou a lei 9.394/1996 (LDB de 1996) e que instituiu a Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Com propósito de buscar as opiniões dos estudantes brasileiros, foi utilizado o relatório “Manifesto Voz do Jovem”, produzida pelo movimento Mapa Educação. Conclui-se que a reforma do ensino médio atende parte dos anseios dos jovens, porém, o meio como esta se deu é que é questionável, pois foi considerada como não democrática. Conclui também, que para a efetivação da reforma deverá ter altos investimentos, de forma que a escola pública brasileira não seja prejudicada.

**Palavras-chave:** Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, Manifesto Voz do Jovem.

### INTRODUÇÃO

A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Segundo o Ministério da Educação, trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. O novo modelo se propõe a flexibilização da grade curricular, permitindo que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas, que será norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outra parte flexível, profissionalizante (MEC, 2017).

De acordo com o MEC, introduzir o ensino profissionalizante no ensino médio em todas as escolas, públicas e privadas, aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. Essa medida tem uma semelhança com a 3ª reforma do ensino médio, que a Lei Nº5.692/71 transformou a questão da profissionalização em geral e compulsória no segundo grau.

De acordo com o Ministro, em decorrência da urgência do problema do ensino no país, dados do IDEB divulgados em 2016 mostraram uma realidade trágica no ensino médio e retratam a urgência da reforma, então a reforma se deu através de uma Medida Provisória, a MP 746/2016.

A mudança prevê um aumento progressivo da carga horária de 800 horas para 1400 horas, com isso surgiram vários questionamentos de estudantes e instituições como: a carga horária excessiva poderá contribuir com o processo de evasão escolar, com o aumento da carga horária o ensino deverá ser de forma integral, porém, segundo pesquisas, 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos trabalham, impossibilitando o estudo integral (TERRIBELLE, 2006).

Atualmente o ensino médio possui um currículo extenso, superficial e fragmentado, que não dialoga com a juventude, com o setor produtivo, tampouco com as demandas do século XXI. Apesar de tantas mudanças ocorridas ao longo desses anos, o ensino médio não apresentou resultados que demandam medidas para reverter esta realidade, pois um elevado número de jovens encontra-se fora da escola e aqueles que fazem parte dos sistemas de ensino não possuem bom desempenho educacional (BEZERRA, FILHO, 2016).

Por esta razão a principal justificativa, apresentada pelo Ministério da Educação, para a reformulação é a alta evasão de alunos, além de o atual modelo ser considerado desgastado e pouco atrativo. Com base nisto, este trabalho se propõe a analisar a reforma do ensino médio, sob a ótica do estudante, analisar se a reforma atende aos anseios dos estudantes brasileiros para educação do país.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho se propõe a analisar as principais mudanças da reforma do ensino médio proposta, avaliando se o as mudanças sugeridas desta reforma atendem ou não aos anseios dos estudantes. Para isto foi feito uma pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas como livros, artigos científicos, páginas de web sites. E uma pesquisa documental a partir do levantamento de normativas e legislações vigentes ao tema em questão.

Utilizou-se como referência o texto da MP nº746 de setembro 2016 e Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, lei que alterou a lei 9.394/1996 (LDB de 1996) e que instituiu a Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Com propósito de buscar as opiniões dos estudantes brasileiros, foi utilizado o relatório “Manifesto Voz do Jovem”, produzida pelo movimento Mapa Educação. A pesquisa recebeu 12.132 respostas de jovens entre 9 e 24 anos, foi feita através de questionários, que contemplavam perguntas sobre : motivação dos alunos, currículo, formação crítica e cidadã, integração e participação da comunidade escolar, valorização do professor, condição da escola, meio familiar e o interesse dos alunos. O resultado final foi um registro detalhado e

atual do que querem os jovens brasileiros com relação à sua educação (MAPA EDUCAÇÃO, 2016).

Para este trabalho, utilizaram-se as opiniões dos alunos sobre o currículo escolar, motivação dos alunos e condições da escola. Este trabalho terá como referencial metodológico o caráter comparativo e avaliativo do que foi proposto pela reforma do ensino médio e do que os estudantes brasileiros querem da educação.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### *Lei nº 13.415*

A lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Uma das principais mudanças trazidas por esta lei para o ensino médio foi a obrigatoriedade de, nos três anos, o aluno cursar as matérias de matemática, língua portuguesa e inglês, fazendo com que o currículo fique dividido em duas partes, uma que será aplicada a todos os estudantes e outra voltada aos itinerários formativos, que, segundo a lei:

*“Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:*

*I - linguagens e suas tecnologias;*

*II - matemática e suas tecnologias;*

*III - ciências da natureza e suas tecnologias;*

*IV - ciências humanas e sociais aplicadas;*

*V - formação técnica e profissional” (Lei nº 13.415/*

*2017).*

A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

A Lei 13.415/2017 prevê a segmentação de disciplinas, com uma parte obrigatória e outra optativa, o aumento da carga horária e a implantação do ensino integral. Com o novo modelo, o aluno poderá escolher parte das disciplinas que quer estudar, conforme sua aptidão ou projeto profissional. Haverá uma base curricular comum a todas as escolas (60% das disciplinas) e uma parte flexível (40%), que poderá ser adaptada à realidade de cada região, deste modo, o aluno será protagonista da sua formação.

### *Manifesto Voz do Jovem*

O Manifesto Voz do Jovem é uma pesquisa que buscou responder o que os alunos esperam e pensam sobre educação. Quais suas principais motivações e o que os afasta das salas de aula; qual a relevância de sua participação nos conteúdos, na formação crítica e na construção de uma relação com professores; além de abordar outros pontos, como a infraestrutura das escolas e qualidade dos materiais, a influência da participação da família no ensino e a falta de incentivo para os alunos.

Para produção deste relatório, foi feita uma pesquisa através de questionários, que contemplavam perguntas sobre: motivação dos alunos, currículo, formação crítica e cidadã, integração e participação da comunidade escolar, valorização do professor, condição da escola, meio familiar e o interesse dos alunos.

Com base nos resultados do Manifesto Voz dos Jovens, os jovens estudantes brasileiros falaram sobre o problema da motivação dos alunos, dois fatores surgiram como os principais culpados: o conteúdo desinteressante apresentado em sala de aula e a falta de participação dos alunos nas decisões da escola. Os alunos relataram que buscam participar não apenas na gestão da escola, mas também querem ter voz sobre os conteúdos que devem aprender, apontaram que a falta de conexão com esses conteúdos é um grande fator desmotivador. Um fato apontado pelos alunos na pesquisa capaz de motivar os alunos verdadeiramente quanto à escola foi a carreira. Eles percebem a escola como um lugar de preparação para o que almejam exercer como profissão no futuro. Assim, a escola deve trabalhar com os jovens, habilidades que de fato os ajudem no seu futuro.

Com relação aos currículos escolares, os entrevistados apontaram que uma educação voltada apenas para uma formação exclusivamente técnica e conteudista, é insuficiente e

desatualizada. Os alunos enfatizaram que não faz sentido forçar o aluno que quer seguir uma carreira em ciências humanas, por exemplo, a memorizar tópicos extremamente específicos em biologia. Essa prática foi apontada pelos alunos como perda de tempo em conhecimentos que eles não usarão e causa desinteresse em muitos deles.

Ainda com relação aos currículos, assuntos que todos entrevistados concordam ser importantes: a garantia do aprendizado básico de matemática e da capacidade adequada de leitura e escrita.

A pesquisa também buscou saber sobre as condições da sua escola, a quantidade de alunos que considera as instalações de suas escolas adequadas aumenta constantemente conforme aumenta a renda. O que implica que os alunos de escolas públicas, que são os de baixa renda, avaliam que as instalações são inadequadas. Segundo a pesquisa, a porcentagem de alunos de escola públicas que relata instalações adequadas é cerca de 30% menos que a proporção em escolas particulares.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando as alterações propostas pela Lei 13.415/2017 e os resultados no Manifesto Voz do Jovem, desenvolvido pelo Mapa Educação, tem-se que:

Os alunos apontam como ponto desmotivador na escola, a não participação na escolha dos conteúdos que querem estudar, com a reforma do ensino médio, os alunos poderão conforme sua aptidão ou projeto profissional, escolher 40% da carga horária, considerada flexível. Além disto, os alunos irão escolher um dos 5 itinerários formativos, linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional.

Por exemplo, o aluno que desejar uma carreira profissional na área do direito, escolherá o itinerário de ciências humanas e sociais aplicadas, e cursará um ensino médio com disciplinas voltadas para as humanas, aprofundando nos conteúdos que irão ser úteis na vida profissional escolhida. Então, os alunos iriam perceber a escola como um lugar, realmente, de preparação para o que almejam exercer como profissão no futuro.

Um ponto preocupante nisto é que os jovens terão que escolher a vida profissional no início do ensino médio, onde antes, seria escolhido ao término. O aluno que finaliza o 9º ano, com uma média de faixa etária de 14 anos, deverá escolher qual profissão, ou pelo menos a área que tem mais aptidão, então terá que ser preparado para esta escolha durante o ensino fundamental, muitas vezes imaturo para tal escolha.

Uma questão que deve ser destacada é que, as escolas irão ofertar arranjos destes itinerários formativos, e estes, serão contemplados conforme as condições da escola em oferta-los. Na prática, os itinerários formativos não serão necessariamente escolhidos pelo estudante, muitas vezes, o estudante terá que avaliar a disponibilidade da oferta do itinerário desejado, principalmente estudantes das escolas públicas. Porém, favorece as escolas particulares que poderão ofertar uma quantidade de itinerários maior.

Outro ponto relatado pelos alunos na pesquisa, que contraria a reforma do ensino médio é a participação deles democraticamente na gestão escolar. A forma com que a reforma se deu, através da Medida Provisória MP nº746 de setembro 2016, foi amplamente discutida e apontada como não democrática. Medidas provisórias são apontadas como ações unilaterais e autoritárias, ações contrárias às desejadas pelos jovens.

Todos os jovens entrevistados enfatizaram a importância da garantia do aprendizado básico de matemática e da capacidade adequada de leitura e escrita, a reforma do ensino médio atende a isto quando deixa obrigatório, para todos os itinerários, o estudo de matemática e língua portuguesa, durante todos os 3 anos do ensino médio.

Porém, as condições da estrutura da escola, principalmente das escolas públicas, parecem não atender ao ensino médio atual, que possui uma carga horária menor, e não tem ensino integral. Observa-se então, que para a aplicação efetiva da reforma do ensino médio será necessário um alto investimento nas estruturas das escolas públicas. Para atender de forma integral, faz-se necessário, no mínimo, um refeitório, vestiário e mais salas de aulas.

## **CONCLUSÕES**

Através do Manifesto Voz do Jovem, pode-se entender de uma maneira global as ansiedades, desejos e críticas dos estudantes brasileiros. Ficou evidente o anseio dos jovens de revolucionar o conteúdo das salas de aula e a maneira como ele é ensinado, e a vontade do aluno em se envolver mais com a comunidade escolar.

Observou-se que a proposta da reforma é algo grandioso. A reforma do ensino médio se propõe a mudar a forma como o ensino médio é dado atualmente, propõe mudanças estruturais, como o ensino integral em todas as escolas e para isto as escolas terão que ter estruturas físicas adequadas, o que implica em investimentos.

Conclui-se que a reforma do ensino médio atende parte dos anseios dos jovens, porém, o meio como esta se deu é que é questionável, pois foi considerada como não

democrática. Conclui também, que para a efetivação da reforma deverá ter altos investimentos, de forma que a escola pública brasileira não seja prejudicada.

O jovem anseia por mudança, estas mudanças aconteceram, basta saber se o governo dará condições para que estas sejam positivas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Base Nacional Comum Curricular (vídeo). Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25/06/2017.

BEZERRA FILHO, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016 Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaoodemotivos-151127-pe.html> acessado em 12/08/2017.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm), acessado em 25/07/2017.

LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm). Acessado em 25/07/2017.

MAPA DA EDUCAÇÃO, Manifesto Voz do Jovem. Disponível em <http://mapaeducacao.com/manifesto/>, acessado em 12/08/2017.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasil, 2016

Novo Ensino Médio - Dúvidas. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 25/06/2017.

TERRIBELLE, ALEXSSANDRA DE OLIVEIRA. Juventude, Trabalho e Ensino Noturno: um estudo sobre os jovens da periferia de Goiânia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 2006.